

THE  
CONVER  
SATION

---

**2023** Carta  
Editorial

# Conteúdo

Introdução e princípios básicos	4
1. Independência editorial	5
2. Precisão, origem e atribuição	6
3. Dano, ofensa, discriminação	7–8
4. Autoria/ Colaboradores	9
5. Diversidade e Inclusão	10
6. Declarações de Transparência/ Conflitos de interesse	11
7. Comissionamento, processo de edição e aprovação do autor	12
8. Direito de resposta	13
9. Jurídico	14
10. Erros, correções e retratações	15
11. Reclamações	16
12. Comentários	17–18
13. Publicidade e financiamento	19
14. Republicação de conteúdos	20
15. Cartas editoriais locais	21

The Conversation 


 é o principal

veículo mundial 

 de notícias

baseadas em 

pesquisas científicas.

 Trata-se de uma

parceria única 

entre  acadêmicos

 e jornalistas.

# Introdução e princípios básicos

O objetivo dessas políticas é, acima de tudo, proteger e promover o vínculo de confiança entre o The Conversation e seus leitores, além de proteger a integridade do serviço e do conteúdo editorial que ele veicula. As políticas visam ajudar nosso público a entender nossas ambições e as obrigações associadas ao nosso estatuto e missão, além de nos ajudar a atender às expectativas do nosso público.

O The Conversation tem o compromisso de ser aberto e responsável, o que inclui disponibilizar publicamente nossas Políticas Editoriais Globais.

No The Conversation é uma organização filantrópica fundada em 2011 com base em princípios e ética jornalísticos, e essas políticas refletem a maneira como nossa independência, integridade e criatividade regem nossas ações.

Nosso jornalismo é livre para ser lido e republicado.

As políticas não podem prever todas as eventualidades e, nos casos em que uma política não se aplica diretamente, somos guiados por decisões fundamentadas, julgamento editorial sólido e bom senso.

The Conversation é uma colaboração entre acadêmicos e jornalistas com a missão de publicar notícias e análises baseadas em pesquisas para informar o discurso público. Seguimos os mais altos padrões editoriais e temos o compromisso de publicar jornalismo confiável, baseado em fatos, informado, perspicaz, oportuno, transparente e útil.

Nossos editores buscam ativamente um jornalismo responsável que aborda uma série de pontos de vista, refletindo a diversidade de pensamento existente em nossas instituições acadêmicas. Acreditamos que o acesso ao jornalismo explicativo de qualidade é essencial para uma democracia saudável e positiva para a sociedade.

O The Conversation faz parte do panorama geral da mídia global. Publicamos conteúdo original em uma ampla variedade de tópicos, mantendo uma estreita conexão com notícias e eventos cotidianos.

Participaremos de um debate robusto sobre questões de interesse público, mas, ao fazer isso, buscaremos sempre ser não partidários, livres de preconceitos e não discriminatórios.

# 1 Independência editorial

O The Conversation é movido pelo compromisso de servir ao bem público e operar com integridade e independência editorial.

The Conversation é livre de influências ou agendas políticas e comerciais e protege a liberdade editorial em todos os acordos comerciais.

Ao firmar acordos com parceiros de financiamento dos setores corporativo, de ensino superior e filantrópico, o The Conversation exige um compromisso com esses princípios como parte de nosso Estatuto.

Nossos financiadores, parceiros, doadores e membros do conselho reconhecem que as decisões editoriais são tomadas puramente por mérito e que o The Conversation apoia o pensamento independente e mantém o controle editorial sobre seu conteúdo.

A equipe editorial agirá de forma a preservar essa independência e a integridade do The Conversation.

O Editor tem o direito final de determinar o conteúdo a ser publicado.

## 2 Precisão, origem e atribuição

O The Conversation tem o compromisso de informar com precisão, justiça e integridade. Isso inclui a correção rápida e pública de erros quando eles ocorrerem (consulte a Seção 10).

Não ocultaremos ou distorceremos fatos relevantes para adequá-los a uma narrativa ou agenda. Não enganaremos conscientemente nosso público. Quando apropriado, buscaremos o direito de resposta de um indivíduo ou grupo que esteja sujeito a alegações de irregularidades ou críticas sérias em nosso jornalismo (consulte a Seção 8).

Conduziremos nosso próprio e rigoroso processo de verificação de fatos para todos os nossos resultados e todo o material terá boas fontes. As fontes de informação devem ser identificadas da forma mais específica possível.

Quando necessário, seremos francos ao fornecer ao nosso público as informações necessárias para avaliar a credibilidade de nossas fontes.

A transparência é um valor fundamental do The Conversation: acreditamos que os leitores têm o direito de saber quem está falando e o que está dizendo. O anonimato só deve ser concedido a comentaristas ou fontes com a aprovação do Editor e quando houver um motivo convincente para isso.

Dito isso, uma fonte à qual tenha sido prometida confidencialidade deve ser protegida a todo custo. No entanto, o Editor tem o direito de solicitar a identidade de fontes anônimas para garantir que todos os processos editoriais sejam rigorosamente cumpridos. O Editor tem o dever de manter a confidencialidade da fonte nessas circunstâncias.

Artigos anônimos não aparecerão no The Conversation.

As citações diretas não serão editadas, exceto para omitir linguagem ofensiva, se for o caso, palavras de "preenchimento" desnecessárias, para proteção contra difamação ou para alterações muito pequenas que esclareçam o que foi dito.

Da mesma forma, as fotografias não serão manipuladas sem uma explicação clara do motivo e da forma como foram alteradas.

Quaisquer dúvidas ou problemas relacionados à precisão serão levados ao conhecimento do Editor antes da publicação.

# 3 Dano, ofensa, discriminação

The Conversation apoia a liberdade de expressão, mas toma o máximo de cuidado para proteger grupos vulneráveis e evitar causar ofensas injustificadas e angústia desnecessária. Nesse sentido, é pertinente que o nosso Estatuto instrua que asseguremos que estamos operando para o bem público.

Não vamos menosprezar ou humilhar e seremos éticos e profissionais em toda a nossa publicação. Isso inclui a remoção dos comentários dos leitores se esta política for violada (consulte a seção 12).

O The Conversation tem como objetivo representar nossas diversas comunidades e não espalhará, incitará, promoverá ou justificará o ódio nem tolerará discursos de ódio. Isso não significa, entretanto, que nos esquivaremos de material que reflita preconceitos e desvantagens existentes em nossa comunidade, desde que sejam baseados em evidências e não perpetuem estereótipos ofensivos.

Em geral, não publicamos características pessoais, como raça ou origem étnica, sexualidade ou religião, a menos que essas informações sejam pertinentes ao artigo.

Aderimos aos princípios editoriais comuns de sensibilidade, como evitar material ofensivo gratuito e não citar nomes de vítimas até que os parentes mais próximos sejam notificados. Pode haver ocasiões em que o interesse público supere o impacto negativo em um indivíduo ou grupo; nesse caso, o julgamento editorial será exercido e o contexto será dado.

Pode haver ocasiões em que se considere necessário publicar imagens que causem confronto e incômodo, mas os editores tomarão extremo cuidado e darão a devida consideração à nossa política de evitar ofensas injustificadas e angústia desnecessária antes de fazê-lo. Decisões dessa natureza devem ser encaminhadas ao Editor, quando apropriado.

Nas circunstâncias em que for tomada a decisão de publicar ou não publicar imagens ou materiais dignos de notícia que possam causar ofensa, o contexto por trás dessa decisão poderá ser fornecido, quando aplicável.

Avisos de conteúdo gráfico também podem ser emitidos quando apropriado, por exemplo, no caso de linguagem forte ou imagens confrontantes, e o contexto completo pode ser fornecido sempre que necessário.

# 3 Dano, ofensa, discriminação

Levamos na máxima consideração as sensibilidades culturais, incluindo, por exemplo, aquelas relacionadas à morte. Nesses casos, serão emitidos avisos quando apropriado.

Temos o cuidado de evitar a promoção injustificada do medo, principalmente em relação a questões de saúde ou crimes.

Quando apropriado, seguimos as diretrizes oferecidas por organizações especializadas relevantes ao relatar questões como suicídio.

Se houver um motivo para que diretrizes como essas não sejam seguidas devido à discricção editorial, o contexto e a explicação serão fornecidos quando necessário.



# 4 Autoria/ Colaboradores

O The Conversation publica o trabalho de pesquisadores e acadêmicos em colaboração com jornalistas da equipe para oferecer ao público clareza e visão sobre as grandes questões enfrentadas pela sociedade.

Todos os autores e editores assinam nossa Carta Editorial e obedecem aos nossos Padrões da Comunidade.

Permitimos que os autores escrevam somente sobre assuntos em que tenham experiência.

Possíveis conflitos de interesse devem ser divulgados (consulte a Seção 6).

O The Conversation só publicará artigos escritos por acadêmicos empregados ou formalmente instituições credenciadas, incluindo universidades e outros órgãos de pesquisa que recebam financiamento do governo ou concedam títulos.

De modo geral, os autores acadêmicos devem ter atingido o nível de candidato a PhD e/ou ter um cargo de professor e/ou um perfil de pesquisa ativo.

Funcionários não acadêmicos sem histórico de ensino ou pesquisa geralmente não se qualificam para escrever.

\*O Editor será responsável por decidir quem é elegível para escrever.

*\*O Editor será responsável por decidir quem está qualificado para escrever, e o credenciamento de uma instituição fica a critério do Editor. Se houver controvérsia sobre uma decisão, ela poderá ser encaminhada ao Conselho Editorial.*

# 5 Diversidade e Inclusão

The Conversation demonstra um compromisso com a busca da diversidade e da inclusão em sua escolha de autores.

E Isso incluirá antecedentes culturais, gênero, idade e geografia (onde o autor está baseado). Realizamos auditorias internas periódicas para honrar essa garantia.

# 6 Declarações de Transparência/ Conflitos de interesse

Os autores são obrigados a divulgar qualquer afiliação ou financiamento que seja relevante, ou que possa ser percebido como relevante para o assunto sobre o qual estão escrevendo.

Essa transparência foi criada para proteger a reputação do autor e a integridade e independência do The Conversation.

Se for considerado inadequado ou se o conflito for impossível de superar, o editor deve considerar um outro autor.

Em sua maior parte, esta política não se destina a impedir a publicação de artigos, mas se preocupa em informar nosso público sobre a existência de qualquer conflito. A declaração de qualquer conflito aparecerá junto com o artigo.

Os autores que não divulgarem informações relevantes poderão ser impedidos de contribuir no futuro.

Os conflitos podem incluir o recebimento de financiamento, afiliações políticas ou um interesse financeiro, como ter ações de uma empresa relevante para o artigo.

Nossos editores comissionados são solicitados a declarar um interesse ao seu gerente ao editar um artigo quando editarem um artigo com o qual tenham uma conexão clara ou dúvidas sobre sua imparcialidade nas negociações com um colaborador.

Em consonância com esse compromisso com a transparência, os autores são obrigados a revelar aos editores se inteligência artificial for empregada na preparação de um de um artigo para o The Conversation e fornecer detalhes à equipe editorial sobre como a IA foi implementada.

# 7 Comissionamento, processo de edição e aprovação do autor

Os editores do The Conversation são instruídos a obter conteúdo de qualidade, diversificado e baseado em fatos, fornecendo uma gama de pontos de vista de especialistas da comunidade acadêmica e de pesquisa.

Durante um período de tempo adequado, a variedade de pontos de vista deve refletir a proeminência comparativa e a prevalência das principais perspectivas relevantes sobre as principais questões existentes nas instituições acadêmicas.

The Conversation se esforçará para explorar todos os ângulos sérios de uma questão. Embora nenhum ponto de vista importante deva ser ignorado, isso não significa que todos os pontos de vista devam ser analisados. O The Conversation tem uma perspectiva inclusiva que reflete uma amplitude de pontos de vista e opiniões baseadas em evidências.

Reconhece-se que o The Conversation publicará muitos artigos que assumem uma posição sobre um tópico controverso ou digno de notícia e apresentam uma perspectiva específica com a possível exclusão de outras ideias.

Dessa forma, não é necessário que o The Conversation seja imparcial. No entanto, nos artigos em que uma determinada posição é assumida, os fatos relevantes não serão excluídos seletivamente por conveniência em apoiar essa posição.

LQuando houver alternativas válidas e pontos de vista legítimos apoiados por evidências convincentes, elas devem ser buscadas. E quando questões importantes estiverem sendo negligenciadas ou pouco investigadas, o The Conversation se esforçará para buscar essas questões e colocá-las em pauta.

Essa garantia de refletir, em um período adequado, uma diversidade apropriada de perspectivas sobre questões controversas ou contestadas é supervisionada pelo Conselho Editorial e sujeita a auditorias internas periódicas.

Conforme declarado em nosso Estatuto, este é um fórum editorialmente independente, livre de preconceitos comerciais ou políticos.

Todas as opiniões expressas nos artigos são opiniões pessoais dos especialistas citados. Elas podem não representar as opiniões do The Conversation.

O The Conversation não encomenda artigos de acadêmicos ou pesquisadores que estejam escrevendo fora de sua área de especialização, mesmo que se trate de um assunto pelo qual eles sejam pessoalmente apaixonados.

A troca de ideias entre o editor e o autor é um processo que deve ser bem recebido e não combatido, a fim de equilibrar as expectativas do autor e do público e garantir que os valores do The Conversation sejam mantidos.

A aprovação do autor é uma condição para a publicação e uma parte fundamental do Estatuto do The Conversation.

# 8 Direito de resposta

A política de direito de resposta é dividida em duas fases: antes e após a publicação.

## Pré-publicação

Nossos autores têm o direito de expressar pontos de vista e escrever análises sobre fatos e assuntos conhecidos de domínio público. Normalmente, quando um acadêmico está escrevendo sobre tais assuntos, não é necessário um direito de resposta.

Entretanto, há muitos casos em que é apropriado e prudente que um editor ou autor procure o assunto de uma história e busque opiniões antes da publicação: por exemplo, quando o conteúdo de um artigo é potencialmente difamatório, mesmo que seja baseado em fatos conhecidos.

Também devemos buscar uma resposta nos casos em que as alegações sobre a conduta de um indivíduo ou empresa vão além do que está no registro público e insinuam algo mais, como desonestidade ou incompetência. Nesses casos, é justo que o sujeito de alegações graves tenha a oportunidade de responder. Muitas vezes, isso também pode ajudar na precisão e no equilíbrio do artigo.

Quanto mais sérias forem as críticas ou alegações que estivermos publicando, maior será a obrigação de buscar uma resposta.

Todas essas conversas ou correspondências com a parte a quem foi oferecido o direito de resposta devem ser documentadas e guardadas.

## Pós-publicação

Qualquer pessoa é convidada a publicar um comentário sobre um artigo na seção de comentários abaixo do próprio artigo e pode expor uma opinião contrária, desde que siga nossas políticas na seção 12. Em alguns casos, os editores podem decidir manter uma opinião contrária pertinente no topo da seção de comentários para garantir sua visibilidade a longo prazo.

A única ocasião em que podemos considerar a publicação de uma história completa e separada contra as alegações de um artigo é se ela for apresentada pelo assunto direto do artigo original. A publicação ficaria a critério do editor e todos os processos editoriais usuais relativos a comissionamento e edição seriam aplicados.

Se um acadêmico desejar escrever uma análise alternativa ou contraditória baseada em evidências sobre o mesmo assunto, isso será considerado de acordo com nossos processos de comissionamento estabelecidos. Mas um artigo que simplesmente tenta refutar elementos de um artigo publicado geralmente não será considerado.

# 9 Jurídico

The Conversation fará todos os esforços para cumprir a lei. Isso inclui leis sobre plágio, privacidade, desacato ao tribunal, uso de informações confidenciais e difamação.

Além disso, o fato de o material ser legalmente adequado para publicação não significa que ele necessariamente esteja de acordo com nossos padrões, e considerações éticas sempre serão levadas em conta.

As leis serão diferentes em diferentes jurisdições e os Editores devem se familiarizar com as leis locais sobre a legalidade da obtenção de informações, gravação de conversas e recebimento, cópia ou retenção de documentos e assim por diante.

Obteremos orientação jurídica quando necessário, mas a decisão final sobre a publicação ou não cabe ao Editor.

Respeitamos a privacidade e as leis de privacidade e optamos pela cautela e pela compaixão.

A expectativa de privacidade só será dispensada caso seja superada pelo interesse público. O fato de outras mídias tomarem decisões sobre privacidade e identificação não significa necessariamente que o The Conversation tomará a mesma decisão. Na verdade, isso não deve fazer diferença para a implementação de nossos próprios processos editoriais.

Da mesma forma, não republicaremos nenhum material de mídia social, a menos que isso seja consistente com nossas políticas editoriais.

# 10 Erros, correções e retratações

O The Conversation busca sempre a imparcialidade e a precisão e incentiva os leitores a nos informar sobre erros significativos.

Se um erro for cometido, nós o corrigiremos o mais rápido possível, de forma completa, rápida, pública e sem ressentimentos.

Os leitores serão notificados sobre a alteração (exceto no caso de correções de ortografia, gramática ou alterações muito pequenas).

O autor também será contatado para concordar com a forma das palavras associadas à correção.

Acreditamos que é importante manter um registro preciso da discussão pública como parte de nossa meta de proporcionar um debate informado e transparente. Portanto, consideramos a retratação total de um artigo um último recurso extremo e somente removeremos um artigo por completo quando:

- formos legalmente obrigados a fazê-lo (se o artigo for considerado difamatório ou violar direitos autorais, por exemplo);
- contiver falhas graves, imprecisões ou violar os padrões da comunidade a ponto de tornar o artigo irrecuperável. Nesse sentido, é provável que o processo de reclamações da seção 11 seja relevante;

- No caso de uma investigação subsequente descobrir que os procedimentos internos não foram seguidos corretamente, um artigo poderá, em algumas circunstâncias, ser removido para defender os valores e a integridade do The Conversation.

Se um artigo for retirado na íntegra, uma explicação será fornecida aos leitores.

## Fotografias

Da mesma forma, as fotografias somente serão removidas se violarem nossos princípios editoriais ou se forem licenciadas incorretamente. As pessoas que acreditam que uma fotografia foi usada de forma inadequada ou sem permissão podem enviar um e-mail para o endereço de correções e reclamações encontrado na página Fale conosco do [theconversation.com](http://theconversation.com) para enviar uma solicitação de remoção.

# 11 Reclamações

## O Conversation tem um processo claro de tratamento de reclamações.

**11.1** As reclamações devem ser enviadas por e-mail para o endereço de correções encontrado na página Fale conosco do site theconversation.com.

O editor responsável pelo artigo avaliará a reclamação e a discutirá com o autor. Se o editor encarregado e o autor concordarem que houve um erro factual, uma correção será publicada e medidas tomadas conforme descrito na seção 10.

Se o autor e o editor comissionado não encontrarem erro significativo que mereça correção, a reclamação será rejeitada. O reclamante será notificado sobre o resultado da reclamação.

**11.2** Se o reclamante não estiver satisfeito com o resultado da reclamação, ele poderá entrar em contato com o Editor, que tentará resolver o problema de forma satisfatória para todas as partes.

**11.3** Se isso não ocorrer, o Editor poderá encaminhar a reclamação ao Presidente do Conselho Editorial, e o reclamante será convidado a fazer um novo envio, se necessário. O Presidente do Conselho Editorial, a critério exclusivo do Presidente, poderá:

**11.3.i** avaliar a reclamação e recomendar uma resposta

**11.3.ii** encaminhar a questão para o Conselho Editorial completo para determinação

**11.3.iii** convocar um painel de investigação. Isso poderá ocorrer quando forem necessários especialistas no assunto forem necessários. O painel fornecerá suas conclusões ao Conselho Editorial.

**11.4.iv** encaminhar a reclamação à universidade do autor para providências. Todas as decisões do Conselho Editorial serão finais. O processo de reclamações será tratado dessa forma, independentemente de a reclamação vir de um membro do público, de outro acadêmico, de um de nossos parceiros ou doadores, ou de um membro do conselho do The Conversation.

**11.5** Se uma reclamação se referir a uma crítica ou debate legítimo ou debate legítimo, ela pode ser melhor resolvida por meio de discussão pública, por exemplo, no fluxo de comentários ou, em alguns casos, por um direito de de resposta ou a publicação de um artigo oferecendo uma visão alternativa (conforme estipulado na seção 8).



# 12 Comentários

Como diz nosso Estatuto, The Conversation cria um site aberto para as pessoas em todo o mundo para compartilhar práticas recomendadas e colaborem no desenvolvimento de soluções inteligentes e sustentáveis.

Dessa forma, o The Conversation promove uma cultura de críticas e feedback construtivos. Trocamos ideias respeitosamente e incentivamos outras pessoas a questionar e desafiar o que publicamos.

Os padrões de nossa comunidade estão em vigor para garantir um espaço para um debate engajado, animado e respeitoso para criar uma discussão positiva baseada em fatos.

Nossas políticas são as seguintes:

- Tratamos nossos fluxos de comentários como um produto editorial. Reservamo-nos o direito de selecionar apenas os comentários que promovam a discussão e informem melhor nossos leitores.
- Os comentários são abertos somente em artigos selecionados e, normalmente, ficam abertos por 72 horas.
- Exigimos o uso de nomes reais e nos reservamos o direito de excluir comentários feitos com pseudônimos. Os usuários que fizeram login via X (ex-Twitter) devem alterar seu identificador para seu nome real usando sua página de perfil.

- Os comentários devem ser relevantes para o artigo e as respostas ao comentário devem ser relevantes para a inicial.

Nós nos reservamos o direito de excluir comentários por motivos que incluem:

- Estão fora do tópico.
- Ataques pessoais.
- Todas as formas de discriminação. Temos uma tolerância zero com relação a abusos e incentivamos os leitores a denunciar qualquer coisa que considerem abusivo.
- Publicações que identifiquem ou compartilhem informações pessoais de outra pessoa.
- Comentários que sejam comerciais ou repetidamente links externos compartilhados repetidamente.
- Comentários que sejam difamatórios, violem direitos autorais ou que nos coloquem em risco legal.
- Tentativas deliberadas de desinformar, distorcer fatos, provocar ou deturpar as opiniões de outras pessoas.
- O tópico de respostas a um comentário original que tenha sido excluído.
- Critério editorial se considerarmos que um comentário violou os padrões de nossa comunidade.

# 12 Comentários

Os comentários que estiverem em conformidade com os padrões da comunidade não serão removidos, exceto em circunstâncias excepcionais, como:

- O comentário representa um risco à saúde (mental ou física) ou à segurança de alguém.
- A conta de um leitor foi comprometida.
- O comentário levanta uma questão legal que exige remoção.
- Fomos alvo de "trolls de pauta".

Esta não é uma lista exaustiva, mas o princípio geral é que o que é dito não pode deixar de ser dito, portanto, solicitamos que os leitores pensem cuidadosamente antes de postar. Comprometemo-nos a garantir que pessoas ou grupos vulneráveis sejam protegidos. Reservamo-nos o direito de bloquear contas de leitores que violarem repetidamente os padrões. Não revisaremos decisões rotineiras de moderação, mas as pessoas que desejarem obter esclarecimentos sobre uma decisão podem entrar em contato com o endereço de e-mail para perguntas editoriais ou listadas na página Fale conosco.

# 13 Publicidade e Financiamento

O The Conversation é financiado por parceiros do setor universitário e de pesquisa, algumas organizações filantrópicas e milhares de doadores individuais.

Geramos receita para financiar a excelência editorial, inovar e proporcionar engajamento para universidades parceiros. Nosso foco são as parcerias com universidades, buscando e fortalecendo apoio filantrópico e de fundações, além de aumentar doações de leitores.

Conforme determina nosso Estatuto, garantimos a integridade do site obtendo patrocínio não partidário somente de parceiros de educação, governo e parceiros privados. Qualquer publicidade será relevante e não intrusiva.

Dessa forma, em geral não haverá publicidade em nossos sites, mas algumas propagandas são aceitas fora do site, por exemplo, em eventos em que o patrocinador estiver alinhado com nossos valores e políticas.

# 14 Repúblicação de Conteúdos

Um fluxo livre e aberto de informações é fundamental para a Carta do The Conversation.

Todo o conteúdo está disponível gratuitamente para republicação via Creative Commons. Para ver a política de republicação completa, veja [aqui](#).

# 15 Cartas Editoriais Locais

The Conversation tem edições na África, Austrália, Brasil, Canadá, Espanha, França, Indonésia, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos.

As equipes podem adotar um estatuto específico para sua determinada região.